



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CONC. PÚBL. N.º 01/2025 – Câmara Municipal de Francisco Beltrão

Edital 01/2025 - Cargo: **ADVOGADO**

PROVA ESCRITA (OBJETIVA) –

Período da Manhã - Sup

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, verifique se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 60 (sessenta) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C e D**, das quais somente uma deve ser assinalada.
4. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
5. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
6. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica de **tinta preta ou azul**. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. **Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.**
7. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
8. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e, juntamente com outros objetos, deverão ser colocados sob a carteira ou mesmo no chão da sala, dentro do saco plástico.
9. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de 4 (**quatro**) horas a partir do início da prova.
10. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
11. O candidato pode se retirar do local de provas somente após 60 minutos do início da prova, levando consigo o caderno de provas.
12. **Os 2 (dois) últimos** candidatos de cada sala ficam retidos para assinarem, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
13. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

LÍNGUA PORTUGUESA – 05

Considere este fragmento de texto para as questões 01 a 03.

JORNAL DO COMMERCIO – Por que os números de feminicídios continuam tão altos no Brasil? Onde estamos falhando no enfrentamento do crime de gênero?

WÂNIA PASINATO - Uma falha que eu vejo nesse processo histórico de visibilização da violência contra a mulher é uma aposta muito grande que se faz nas respostas **através** da criminalização da violência, [1] **em detrimento** de caminhos que priorizem a prevenção. Nós não trabalhamos com a educação da mesma forma que atuamos na repressão. Toda vez que nós identificamos uma nova forma de violência contra a mulher, [2] a primeira resposta que a sociedade demanda é a adoção de uma lei ainda mais punitiva. Mas a gente não pensa de forma preventiva, [3] que priorize o enfrentamento da causa dessa violência e não, [4] **suas** consequências. As iniciativas de prevenção ainda são muito tímidas.

Fonte: <https://jc.uol.com.br> (com destaques)

01. Assinale a alternativa que apresenta uma análise correta.

A.	Trata-se de um fragmento de um artigo de opinião, pois é predominantemente argumentativo e tem a função principal de expressar o posicionamento de Pasinato sobre o feminicídio no Brasil.
B.	Pasinato faz uma crítica ao fato de haver excesso de foco na educação em detrimento da punição, criticando, com isso, o modo como o Brasil tem enfrentado o feminicídio
C.	Ao usar “eu”, “nós” e “a gente”, Pasinato se coloca como uma das responsáveis diretas pela impunidade em relação aos crimes de feminicídios.
D.	É possível concluir, a partir da fala de Pasinato, que a punição é uma resposta tardia que trata das consequências, enquanto a prevenção busca agir sobre as causas da violência.

02. Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA.

A.	No texto atribuído a Pasinato, o uso de vírgula é inapropriado apenas em [4], já que gera uma quebra sintática inadequada.
B.	Todas as expressões sublinhadas no texto são complementos nominais, pois complementam o sentido de um substantivo.
C.	O último período do texto poderia ser introduzido por “Ou seja”, já que ele retoma e reformula a ideia anterior, explicando de maneira resumida o que se disse anteriormente.
D.	As palavras “feminicídios”, “violência” e “consequências” recebem acento gráfico pela mesma regra de acentuação gráfica.

03. Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA.

A.	O item “Por que”, na 1ª linha, deveria ter sido assim grafado: ‘Por quê’.
B.	O item “através” poderia ser substituído por “por meio”, sem alteração de sentido.
C.	A expressão “em detrimento de” significa “em prejuízo de”.
D.	O pronome “suas” retoma a expressão “essa violência” (de “dessa violência”).

04. Assinale a alternativa que apresenta uma análise correta sobre este fragmento de texto:	
Então, temos que pensar duas coisas: se a mulher corre risco de morte, ela não pode ter só a porta da delegacia para pedir ajuda. Ela precisa de uma proteção imediate . E essa proteção imediate não virá da polícia. Ela precisa ter é um centro de referência aberto 24 horas para atendê-la, uma casa-abrigo ou de passagem, para onde ela possa ser encaminhada rapidamente e sair do contexto da violência.	
Fonte: https://jc.uol.com.br (com destaques)	
A.	As “duas coisas” citadas na 1ª linha referem-se a: 1 – a mulher correr risco de morte; 2 – a mulher ter apenas a delegacia para pedir ajuda.
B.	O segundo e o terceiro períodos podem ser assim coordenados, mantendo-se o sentido proposto no texto: “Ela precisa de uma proteção imediata, portanto, essa proteção imediata não virá da polícia”.
C.	O adjetivo “imediate” e o advérbio “rapidamente” estão semanticamente relacionados e são importantes para a construção da perspectiva argumentativa apresentada no texto.
D.	O item “para” introduz finalidade nas três ocorrências, podendo ser substituído, em todos os casos, pela expressão “a fim de”.

05. Assinale a alternativa que NÃO apresenta desvio(s) quanto a aspectos gramaticais (concordância, regência etc.), à pontuação ou à ortografia.	
A.	A sociedade precisa refletir urgentemente, sobre os inúmeros casos de feminicídio, que vem ocorrendo em diferentes regiões do país, buscando soluções concretas para prevenir às novas tragédias.
B.	Para combater o feminicídio, é imprescindível que ocorram ações educativas e políticas públicas estruturadas, promovendo conscientização e garantindo proteção efetiva às mulheres vulneráveis.
C.	Para enfrentar o feminicídio é necessário criar campanhas educativas que tenha grande alcance, e que envolvam escolas comunidades e meios de comunicação.
D.	É inadmissível que, em pleno século XXI, mulheres continuem sendo vítimas de violência e em muitos casos, de feminicídio, sem que haja uma resposta rápida do Estado.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO – 05

06. Uma empresa no interior de São Paulo tem 136 funcionários. Destes, 60 resolveram participar de um Bolão. A ideia era premiar aqueles que acertassem os resultados dos jogos do Flamengo na Copa do Mundo de Clubes, realizada nos meses de junho e julho de 2025. Cada pessoa que resolveu participar do Bolão teve que pagar uma cota equivalente a R\$ 100,00. E o prêmio, por decisão do grupo, foi dividido da seguinte forma:	
<ul style="list-style-type: none"> • Categoria A - acertou todos os resultados (vitória, empate e derrota): 1/2 do valor arrecadado; • Categoria B - acertou apenas o número de vitórias: 1/3 do valor arrecadado; • Categoria C - acertou apenas o número de derrotas: recebe a quantia restante. 	
O Flamengo se despediu da Copa do Mundo de Clubes ainda no mês de junho com duas vitórias, um empate e uma derrota. Sabendo que 10 pessoas acertaram que o Flamengo teria duas vitórias, um empate e uma derrota no campeonato, 5 pessoas acertaram que o Flamengo teria duas vitórias no campeonato e 2 pessoas acertaram que o Flamengo teria 1 derrota no campeonato. Por decisão do grupo caso haja mais de um acertador por categoria de prêmio, o mesmo deve ser dividido igualmente entre os acertadores da respectiva categoria (A, B ou C), sabendo disso, qual a categoria que pagou o maior valor individual na divisão do Bolão?	
A.	Categoria A pagou o valor de R\$ 3.000,00 individual.
B.	Categoria C pagou o valor de R\$ 500,00 individual.
C.	Categoria B pagou o valor de R\$ 2.000,00 individual.
D.	Categoria A pagou o valor de R\$ 300,00 individual.

07. Uma empresa de 7.000m^2 estava tendo muitos problemas com a vigilância interna e decidiu que os quatro vigias noturnos deveriam utilizar um aparelho conhecido por bastão de ronda responsável por registrar a passagem do vigilante por pontos específicos durante a ronda. A empresa foi dividida, a partir de um ponto central, em região Norte, Sul, Leste e Oeste. Todos os vigias registraram a presença por meio do Bastão de Ronda e partiram juntos do ponto central as 19h para realizar as rondas. O Vigia 1 fez a região Norte da empresa, o Vigia 2 a região Sul da empresa, o Vigia 3 a região Leste da empresa e o Vigia 4 a região Oeste da empresa e todos devem retornar ao ponto central em intervalos regulares. Sabendo que o Vigia 1 retorna a cada 20 minutos, o Vigia 2 a cada 30 minutos, o Vigia 3 a cada 25 minutos e o Vigia 4 a cada 15 minutos, a que horas eles vão se encontrar no ponto central novamente?

A.	6h.
B.	22h.
C.	3h.
D.	24h.

08. Um campo de futebol oficial, segundo as regras da FIFA, tem dimensões que variam entre 90 e 120 metros de comprimento e entre 45 e 90 metros de largura. Sabendo que o campo de futebol do time Sport Clube Royal, possui um formato retangular, área igual a 7.056m^2 e que a largura do campo corresponde a aproximadamente 64% do comprimento, determine as dimensões aproximadas deste campo de futebol.

A.	67,20m de comprimento e 105m de largura.
B.	62,70m de comprimento e 150m de largura.
C.	105m de comprimento e 67,20m de largura.
D.	150m de comprimento e 67,20m de largura.

09. Mariana é professora numa escola do interior e está trabalhando a importância da Educação Fiscal para uma finança saudável. Para incentivar seus alunos a pouparem deu um cofrinho para cada um. A partir deste incentivo, João resolveu guardar parte de sua mesada. No primeiro mês ele guardou R\$ 25,00 no seu cofrinho, e, a cada mês, ele aumentou R\$ 5,00 em relação ao mês anterior. Sabendo disso, e utilizando a regra da soma de progressões aritméticas, qual será o valor guardado no cofrinho ao final de doze meses?

A.	R\$ 630,00.
B.	R\$ 550,00.
C.	R\$ 360,00.
D.	R\$ 536,00.

10. Qual o valor de $(A + B)$, sabendo que $A = \left[\frac{(2^5 * 3^3)}{4} \right]^2$ e $B = \frac{\left(\frac{6}{45} * 4 \frac{-1}{5} \right)}{4}$?	
A.	46.756.
B.	46.659.
C.	46.956.
D.	46.657.

INFORMÁTICA - 02

11. O que é <i>phishing</i> na internet?	
A.	Uma técnica usada por hackers para roubar dados por meio de e-mails falsos ou sites fraudulentos.
B.	Um método para bloquear acesso a sites inseguros.
C.	Um tipo de software que criptografa dados do usuário.
D.	Uma ferramenta para rastrear a localização de sites.

12. Qual das alternativas apresenta corretamente um exemplo de hardware e um exemplo de software, respectivamente?	
A.	Planilha do Excel e impressora
B.	Teclado e mouse
C.	Monitor e Microsoft Word
D.	Processador e gabinete

CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO – 03

13. O gentílico “potiguar” refere-se aos habitantes de qual estado brasileiro?	
A.	Tocantins.
B.	Piauí.
C.	Rio Grande do Norte.
D.	Paraíba.

14. O presidente da Câmara dos Deputados eleito para o biênio 2025-2026, em primeiro turno, com 444 votos, foi o deputado:	
A.	Arthur Lira.
B.	Hugo Motta.
C.	Rodrigo Pacheco.
D.	Marcelo Freixo.

15. Sobre o processo de emancipação de Francisco Beltrão, assinale a alternativa correta:	
A.	O município foi emancipado em 1951, desmembrado de Palmas.
B.	Francisco Beltrão foi fundado inicialmente como distrito de Pato Branco em 1945, com o nome “Vila Marrecas”, e só se tornou município autônomo em 1960, após votação popular.
C.	A primeira eleição municipal ocorreu antes da instalação oficial do município.
D.	Antes de se chamar Francisco Beltrão, a localidade era conhecida como Vila Marrecas.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO - 45

16. Com base na literalidade dos dispositivos do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	São pessoas jurídicas de direito privado os empreendimentos de economia solidária.
B.	Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, em nenhuma hipótese.
C.	Consideram-se móveis, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.
D.	Consideram-se imóveis, para os efeitos legais, os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações.

17. Sobre o instituto da prescrição, previsto no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
B.	Não corre a prescrição pendendo condição suspensiva.
C.	Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
D.	Não corre a prescrição estando vencido o prazo.

18. Conforme os dispositivos legais do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	Apenas a incompetência relativa deve ser alegada como preliminar de contestação.
B.	A incompetência absoluta pode ser alegada somente até a sentença.
C.	Se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação, a competência relativa será prorrogada.
D.	A incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.

19. Sobre o processo e o procedimento, assinale a alternativa INCORRETA com base no Código de Processo Civil.	
A.	Serão representados em juízo, ativa e passivamente, o Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada.
B.	A representação judicial do Município pela Associação de Representação de Municípios somente poderá ocorrer em questões de interesse comum dos Municípios associados e dependerá de autorização do respectivo chefe do Poder Executivo municipal, com indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais
C.	Serão representados em juízo, ativa e passivamente, a herança jacente ou vacante, por seu curador;
D.	Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, independentemente de convênio firmado pelas respectivas procuradorias.

20. Sobre o Mandado de Segurança, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público
B.	O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 15 (quinze) dias, quando notificado judicialmente.
C.	Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso sem efeito suspensivo.
D.	O ingresso de litisconsorte ativo será admitido após o despacho da petição inicial.

21. Nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
B.	É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
C.	O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
D.	As contas dos Municípios ficarão, durante trinta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

22. Sobre o tratamento da Administração Pública na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
B.	A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.
C.	Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
D.	A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

23. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito ao processo legislativo de Emenda à Constituição, à luz da literalidade dos artigos da Constituição Federal de 1988.	
A.	A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
B.	A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
C.	A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, um terço dos votos dos respectivos membros.
D.	A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

24. Acerca do processo legislativo da elaboração de leis ordinárias e leis complementares, assinale a alternativa INCORRETA , com base na redação da Constituição Federal de 1988.	
A.	A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por três Estados, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.
B.	A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
C.	As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
D.	As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

25. Com base na Resolução nº 005/93, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	É facultado as bancadas, por decisão de sua maioria, constituírem blocos parlamentares, sob a liderança comum, vedada à participação em mais de um bloco.
B.	A Mesa Diretora da Câmara será composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, com mandato de dois anos.
C.	No caso de vaga dos cargos da Mesa por morte, renúncia, destituição ou perda do mandato, seu preenchimento se procederá por eleição, na forma deste Regimento no prazo de cinco dias
D.	No caso de vacância de todos os cargos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso até nova eleição, a qual deverá realizar-se no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, imediatos à verificação do fato

26. Com base na Resolução nº 005/93, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	O Presidente só terá direito a voto na eleição da Mesa, quando a deliberação exigir quórum qualificado de 2/3 (dois terços), ou quando se verifique empate em outras decisões.
B.	O Presidente poderá propor oralmente, bem como tomar parte nas discussões, quando a matéria for proposta por Vereador.
C.	Quando das ausências do Presidente por mais de quinze (15) dias ou nas suas licenças, o Vice Presidente entrará no exercício efetivo da Presidência.
D.	Quando o Presidente omitir-se ou exorbitar de suas funções, qualquer Vereador poderá representar por escrito sobre o fato, cabendo-lhe recurso do ato ao Plenário.

27. Sobre os Pareceres, com base na Resolução nº 005/93, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	O parecer das Comissões Temporárias serão sempre indicativos ao Plenário que, depois de recebê-lo, decidirá soberanamente sobre a matéria, salvo nas hipóteses previstas no Regimento.
B.	A manifestação do relator será submetida aos demais membros e se aprovada por maioria relativa será acolhida como parecer da Comissão.
C.	Em todos os casos previstos no Regimento, o parecer da Comissão poderá ser oferecido oralmente.
D.	Os votos contrários ou com restrições, serão facultativamente acompanhados das razões, por escrito, do membro que assim deliberou

28. Sobre os projetos orçamentários, previstos na Resolução nº 005/93 que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	O orçamento plurianual será recebido pela Câmara até o dia 30 de setembro do primeiro ano da Legislatura, devendo ser deliberado até o final da Sessão Legislativa.
B.	Durante o prazo de deliberação do orçamento plurianual, os Vereadores não poderão encaminhar pedidos de informações ao Executivo.
C.	A Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhada a Câmara de Vereadores até o dia 30 de abril de cada ano, cabendo ao Legislativo analisar os projetos e programas nela consignados, propondo as emendas consideradas convenientes.
D.	O orçamento anual será encaminhado à Câmara de Vereadores até o dia 30 de setembro, cabendo ao Plenário analisar a mensagem circunstanciada, a qual detalha as consignações no orçamento proposto, analisando as receitas por fontes e as despesas por função do Governo Municipal.

29. Acerca da Ordem Econômica e Financeira, prevista no texto da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	A defesa do consumidor não é um princípio da ordem econômica.
B.	A exploração direta de atividade econômica pelo Estado será permitida apenas no caso de relevante interesse coletivo.
C.	A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.
D.	As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem aos Estados, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

30. Sobre os Municípios na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
B.	Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes.
C.	Em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais
D.	O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os demais gastos com pessoal inativo e pensionistas, não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas na Constituição, efetivamente realizado no exercício anterior.

31. Nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange, em todas as hipóteses, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.
B.	A Lei de Licitações se aplica aos contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
C.	Uma das modalidades de licitação previstas na nova Lei de Licitações é a tomada de preços.
D.	O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.

32. Sobre as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de Licitação, previstos na Lei Federal nº 14.133 de 2021, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	É dispensável a licitação para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.
B.	É dispensável a licitação para a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos
C.	É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
D.	É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

33. No que tange aos Contratos Administrativos, previstos na Lei Federal nº 14.133 de 2021, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial
B.	São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam a matriz de risco, quando for o caso.
C.	Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 2 (dois) anos, o critério de reajustamento de preços será por reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais.
D.	Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista na Lei.

34. Sobre o Processo Administrativo, especialmente em atenção aos dispositivos da Lei Federal nº 9.784 de 1999, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	O requerimento inicial do interessado deve ser formulado por escrito, não sendo admitida a solicitação oral.
B.	Os órgãos e entidades administrativas poderão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.
C.	A competência pode ser renunciada em qualquer caso, e se exerce, preferencialmente, pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria.
D.	Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial. Esse ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

35. Acerca do instituto da decisão coordenada, prevista na Lei Federal nº 9.784 de 1999, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
B.	A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias.
C.	Eventual dissenso na solução do objeto da decisão coordenada deverá ser manifestado durante as reuniões, de forma fundamentada, acompanhado das propostas de solução e de alteração necessárias para a resolução da questão.
D.	A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida

36. Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos na Lei Federal nº 8.987 de 1995, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	Considera-se concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegados pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.
B.	As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.
C.	Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.
D.	O poder concedente publicará, posteriormente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo

37. Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos na Lei Federal nº 8.987 de 1995, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
B.	Fica caracterizada a descontinuidade do serviço a sua interrupção após aviso prévio, quando por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
C.	A interrupção do serviço na hipótese de inadimplemento do usuário poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a feriado.
D.	A atualidade compreende, apenas, a modernidade das técnicas empregadas na prestação do serviço.

38. Sobre as desapropriações, prevista no Decreto-Lei nº 3.365 de 1941, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
B.	A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.
C.	É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República.
D.	Será exigida a autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados, quando essa for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes.

39. Sobre as desapropriações, prevista no Decreto-Lei nº 3.365 de 1941, assinale a alternativa INCORRETA .	
A.	Os bens desapropriados para fins de utilidade pública e os direitos decorrentes da respectiva imissão na posse poderão ser alienados a terceiros, locados, cedidos, arrendados, outorgados em regimes de concessão de direito real de uso, de concessão comum ou de parceria público-privada e ainda transferidos como integralização de fundos de investimento ou sociedades de propósito específico.
B.	A declaração de utilidade pública far-se-á por lei de iniciativa do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.
C.	No caso de desapropriação para fins de execução de planos de urbanização, de renovação urbana ou de parcelamento ou reparcelamento do solo, as diretrizes do plano de urbanização ou de parcelamento do solo deverão estar previstas no plano diretor, na legislação de uso e ocupação do solo ou em lei municipal específica.
D.	O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua efetivação.

40. Acerca das Parcerias Público Privadas, contrato administrativo de concessão, prevista na Lei Federal nº 11.079 de 2004, assinale a alternativa CORRETA .	
A.	Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
B.	Concessão administrativa a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a <u>Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995</u> , quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
C.	É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
D.	É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos.

41. O Princípio da Proporcionalidade, fundamental no Direito Penal e na proteção dos Direitos Humanos, desdobra-se em subprincípios que orientam a atuação estatal. Assinale a alternativa CORRETA que descreve um desses subprincípios e sua aplicação:	
A.	A adequação exige que a medida adotada seja a menos gravosa entre as igualmente eficazes para alcançar o objetivo, priorizando a intervenção mínima do Estado.
B.	A necessidade impõe que a sanção penal seja apta a atingir o objetivo punitivo pretendido, como a prevenção do crime e a ressocialização do infrator.
C.	A proporcionalidade em sentido estrito consiste na ponderação entre o ônus imposto pela medida e o benefício que ela proporciona, buscando um equilíbrio razoável entre a restrição de direitos e o fim a ser alcançado.
D.	A razoabilidade determina que a pena deve ser fixada de forma genérica para todos os crimes, sem considerar as particularidades do caso concreto ou a culpabilidade do agente.

42. Sobre o Direito Penal analise as alternativas e assinale a resposta INCORRETA .	
A.	A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado em até 180 dias da sua vigência.
B.	Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
C.	Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
D.	Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

43. Um município brasileiro, buscando otimizar seus recursos, pretende alienar dois bens de sua propriedade:
a) Um terreno urbano não utilizado, avaliado em R\$ 800.000,00; e, b) Uma frota de veículos leves considerados obsoletos para o serviço público, com valor total de avaliação de R\$ 150.000,00. Considerando o disposto no Art. 76 da Lei nº 14.133/21, analise as seguintes propostas recebidas pela prefeitura e indique a(s) afirmativa(s) **CORRETA(S)**:

I. Para alienar o terreno urbano, a regra geral exige autorização legislativa da Câmara de Vereadores e a realização de licitação na modalidade leilão.

II. Se o Estado vizinho oferecer uma permuta do terreno por outro imóvel avaliado em R\$ 1.000.000,00, que servirá para a construção de uma Creche Municipal, a licitação será dispensada, desde que o município pague a diferença de valor.

III. A frota de veículos (bens móveis) pode ser doada diretamente a uma cooperativa de reciclagem local, sem licitação, desde que justificado o interesse social da ação.

IV. Tanto a alienação do imóvel quanto a dos veículos exigem, obrigatoriamente, a existência de interesse público devidamente justificado e uma avaliação prévia dos bens.

A.	I – III – IV.
B.	I – II – III – IV.
C.	I – II – IV.
D.	II – III – IV.

44. Sobre Teoria Geral dos Direitos Humanos. Responda V para verdadeiro e F para falso indicando a resposta **CORRETA**.

() São princípios ou valores que permitem a uma pessoa afirmar sua condição humana e participar plenamente da vida.

() Tais direitos fazem com que o indivíduo possa vivenciar plenamente sua condição biológica, psicológica, econômica, social, cultural e política.

() Os direitos humanos não são garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana.

() Os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade.

() São direitos considerados fundamentais, que tornam os homens iguais, independentemente do sexo, nacionalidade, etnia, classe social, profissão, opção política, crença religiosa ou convicção moral.

A.	F – V – F – V – V.
B.	V – V – F – V – V.
C.	V – F – F – V – V.
D.	V – V – F – V – F.

45. Preencha as lacunas. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em ___ de _____, constituindo, assim, um pacto de amplitude mundial. Sua entrada em vigor ocorreu em _____, quando se atingiu o número mínimo de adesões estipulado, ___ países.

A.	20 de julho/ 2000/ 2010/ 45.
B.	10 de janeiro/ 1986/ 1996/ 25
C.	19 de dezembro/1966/1976/35.
D.	25 de outubro/ 1983/ 1993/ 50.

46. A política e a legislação ambiental são guiadas por uma série de princípios fundamentais que buscam nortear as ações humanas em relação ao meio ambiente. Qual dos princípios abaixo NÃO corresponde a um princípio ambiental consolidado?	
A.	Princípio da Prevenção
B.	Princípio do Poluidor-Pagador
C.	Princípio da Precaução
D.	Princípio da Imunidade Soberana

47. O tombamento é um instrumento legal utilizado para a proteção do patrimônio histórico e cultural, visando preservar bens de valor para a memória coletiva. Sobre as características e efeitos do tombamento, assinale a alternativa INCORRETA :	
A.	O tombamento pode ser aplicado a bens de natureza material, como edifícios, cidades históricas e objetos, e também a bens de natureza imaterial, como saberes, celebrações e formas de expressão.
B.	Um bem tombado não pode ser demolido, destruído ou mutilado. Qualquer intervenção, como uma reforma ou restauração, exige a prévia autorização do órgão de proteção competente.
C.	A propriedade de um bem tombado é transferida para o Estado. O proprietário original perde o direito sobre o imóvel, que passa a ser de gestão pública direta.
D.	O tombamento pode ser realizado em diferentes esferas de governo: federal, estadual e municipal. Um mesmo bem pode, inclusive, ser protegido por mais de uma esfera simultaneamente.

48. Considerando que o Artigo 186 da Constituição Federal de 1988 condiciona a proteção da propriedade rural contra a desapropriação para fins de reforma agrária ao cumprimento simultâneo de sua função social. A análise desse dispositivo revela uma mudança de paradigma no direito de propriedade, que deixa de ser um direito absoluto para se tornar um direito-dever. A partir deste conceito e suas consequências jurídicas, analise as alternativas abaixo e assinale a CORRETA :	
A.	O descumprimento de apenas um dos quatro requisitos listados no Art. 186 (aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar de proprietários e trabalhadores) é suficiente para caracterizar a propriedade como improdutiva, mas não autoriza a desapropriação-sanção, que exige o descumprimento de todos os requisitos.
B.	A função social é um conceito aberto, cuja aplicação depende exclusivamente da produtividade econômica da terra. Assim, uma propriedade altamente lucrativa, mesmo que utilize mão de obra em condições análogas à escravidão, cumpre sua função social, pois o critério econômico prevalece sobre o trabalhista.
C.	O cumprimento da função social, conforme descrito no Art. 186, torna a propriedade rural produtiva e, conseqüentemente, imune à desapropriação para fins de reforma agrária. No entanto, essa imunidade não a protege de outras modalidades de desapropriação, como por exemplo aquela por necessidade ou utilidade pública.
D.	A aferição do "aproveitamento racional e adequado" e da "exploração que favoreça o bem-estar" é realizada com base em critérios subjetivos do proprietário. Se ele demonstrar que o modelo de exploração adotado é o mais benéfico para si, o requisito constitucional estará automaticamente satisfeito, independentemente dos índices de produtividade definidos em lei.

49. Sobre servidão administrativa é INCORRETO afirmar que.	
A.	Pode ser mais especificamente definida como o direito real de gozo do Poder Público (União, Estados, Municípios, Distrito Federal, Territórios, Pessoas Jurídicas Públicas ou Privadas autorizadas por lei ou contrato) sobre propriedade alheia de acordo com o interesse da coletividade.
B.	É o direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou por seus delegados, em face de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública.
C.	A servidão administrativa, por se tratar de direito real, deve constar na escritura do imóvel para dar publicidade.
D.	Servidão administrativa consiste em direito real sobre coisa alheia. Tendo em vista que este direito é exercido somente pelo poder privado.

50. Analise as alternativas e responda V para verdadeiro e F para falso. Após indique a resposta CORRETA . <input type="checkbox"/> Desapropriação: é o procedimento administrativo por meio do qual o Estado transfere a propriedade privada de um determinado bem para o poder público, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante o pagamento de indenização prévia, justa e em dinheiro. <input type="checkbox"/> Confisco: é a perda da propriedade privada para o Estado em razão de uma punição, nunca há pagamento de indenização. <input type="checkbox"/> Limitação Administrativa ou Poder de Polícia é um ônus real público incidente sobre uma propriedade alheia, autorizando ao poder público a usar da propriedade para permitir a execução de obras e serviços de interesse da coletividade. <input type="checkbox"/> Servidão Administrativa: São restrições gerais, por meio das quais a administração pública impõe a proprietários indeterminados obrigações de fazer ou não fazer, com o objetivo de garantir que a propriedade atenda a sua função social.	
A.	V – F – V – V.
B.	V – F – V – F.
C.	V – V – F – F.
D.	V – F – F – F.

51. Sobre os fundamentos do Direito Tributário, tem-se que a obrigação tributária compreende um conjunto de deveres impostos ao contribuinte ou responsável. Ela se divide em obrigação principal, que é o pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária, e obrigação acessória, que consiste em deveres instrumentais para facilitar a fiscalização. Com base nas considerações expostas, indique a alternativa INCORRETA .	
A.	A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária. Isso significa que o descumprimento de um dever instrumental gera uma nova obrigação de pagar (multa), que tem natureza de obrigação principal.
B.	A obrigação acessória existe no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos e, por isso, sua existência depende diretamente da ocorrência do fato gerador da obrigação principal. Se não há fato gerador do imposto, não há que se falar em cumprimento de obrigações acessórias a ele relacionadas.
C.	A legislação tributária pode impor obrigações acessórias a pessoas que, mesmo não sendo contribuintes diretos do imposto, participam de alguma forma das operações que geram o fato gerador, como é o caso de tabeliães, cartórios e intermediários de negócios.
D.	A isenção ou a imunidade, que são formas de desoneração que impedem a constituição do crédito tributário, não dispensam o beneficiário do cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação.

52. Assinale a alternativa INCORRETA . Segundo o Art. 108 do CTN, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente:	
A.	A analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público, e a equidade.
B.	Seguirá estritamente pelos princípios gerais de direito tributário.
C.	O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
D.	O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

53. Considerando o disposto no Art. 111 do CTN, que trata sobre a interpretação literal da legislação tributária, assinale a alternativa CORRETA , quanto a aplicabilidade:	
A.	Uma lei municipal concede isenção de IPTU para "imóveis utilizados como teatros". O Fisco, por meio de interpretação extensiva, decide aplicar o benefício também a cinemas e casas de show, por entender que todas são atividades culturais que merecem o mesmo tratamento, em respeito ao princípio da isonomia.
B.	Uma lei estadual institui um programa de parcelamento de débitos de ICMS (forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário), exigindo como condição a apresentação de uma certidão de regularidade trabalhista. Um contribuinte solicita adesão, mas não possui a certidão. Ele argumenta que, por se tratar de norma de suspensão, a interpretação literal impede o Fisco de exigir qualquer condição que não seja o próprio pagamento das parcelas.
C.	Uma lei federal dispensa as microempresas optantes pelo Simples Nacional da obrigação de entregar a "Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF)". Um contribuinte, sendo uma empresa de pequeno porte (EPP), também optante pelo Simples, entende que a dispensa deve se aplicar a ele por analogia, pois sua situação é muito semelhante à da microempresa.
D.	Uma lei estadual concede isenção de IPVA para "veículos de propriedade de pessoas com deficiência física". Um contribuinte, que possui um veículo em regime de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>) e é pessoa com deficiência física, tem seu pedido de isenção negado pelo Fisco sob o argumento de que, literalmente, ele é arrendatário e possuidor, mas não o "proprietário" do veículo.

54. Conforme a redação expressa do Art. 112 do CTN, o princípio do <i>in dubio pro contribuinte</i> aplica-se exclusivamente em caso de dúvida sobre:	
A.	A ocorrência do fato gerador do tributo ou o montante do imposto devido.
B.	A constitucionalidade da lei que instituiu a obrigação tributária principal.
C.	A autoria, a imputabilidade ou a punibilidade do acusado.
D.	A escolha da modalidade de lançamento tributário a ser efetuada pela autoridade fiscal.

55. Segundo as regras supletivas dispostas no Art. 127 do CTN, assinale a alternativa que apresenta uma definição INCORRETA de domicílio tributário na falta de eleição.	
A.	Para uma pessoa jurídica de direito privado, como uma indústria com várias filiais em diferentes cidades, considera-se domicílio tributário o local de sua sede ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada um de seus estabelecimentos.
B.	Para uma pessoa jurídica de direito público, como um Município, o domicílio tributário será sempre a capital do respectivo Estado, para centralizar e facilitar a comunicação com os órgãos fiscais federais e estaduais.
C.	Para uma pessoa física, o domicílio tributário será o de sua residência habitual. Caso a residência seja incerta ou desconhecida, o domicílio será o centro habitual de suas atividades, como o local onde exerce sua profissão.
D.	Para as pessoas físicas, caso não seja possível precisar sua residência habitual nem o centro de suas atividades, o domicílio tributário será o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação tributária.

56. Assinale a alternativa CORRETA . Segundo o disposto na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a sua jurisdição abrange:	
A.	Os responsáveis pelas contas das empresas estatais ou de cujo capital social o Estado ou o Município participe, de forma direta ou indireta, nos termos do ato constitutivo.
B.	Os dirigentes ou liquidantes das empresas privadas encampadas ou sob intervenção judicial.
C.	Os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Tesouro Estadual, já os recursos repassados pela União, que pese sejam contabilizados pelo Tesouro Estadual ou Municipal, não estão sujeitos a jurisdição do TCE/PR.
D.	Os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere as empresas estatais, economia mista e de capital privado.

57. Assinale a alternativa INCORRETA . A decisão em processo de tomada ou prestação de contas por parte do Tribunal de Contas do Estado do Paraná poderá ser:	
A.	Uma decisão preliminar, que é proferida quando, antes de se pronunciar sobre o mérito, o Tribunal verifica a ocorrência de alguma impropriedade ou falha que necessita de correção ou esclarecimento. Nesta fase, pode determinar diligências, como a citação do responsável para apresentar defesa ou o saneamento do processo.
B.	Uma definitiva que é decisão de mérito que julga as contas, podendo ser pela regularidade, regularidade com ressalva ou irregularidade. Uma decisão que julga as contas irregulares, com condenação em débito e aplicação de multa, é um exemplo de decisão definitiva.
C.	Uma decisão terminativa que ocorre quando o Tribunal decide pelo arquivamento do processo sem resolução do mérito, por razões como a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, ou em razão da prescrição. Essa decisão não impede a reabertura do processo se surgirem novos fatos, desde que não consumada a prescrição.
D.	Uma decisão condenatória, que é um tipo autônomo de decisão, proferida exclusivamente em processos de Tomada de Contas Especial. Ela se diferencia da decisão definitiva por ter como único objetivo a aplicação de multa, não podendo determinar a devolução de recursos ao erário.

58. Assinale a alternativa **INCORRETA**. Os pareceres prévios e julgamentos de contas anuais do TCE/PR, sem prejuízo de outras disposições, definirão os níveis para as suas conclusões e responsabilidades divididas em:

A.	Recomendação.
B.	Anistia.
C.	Determinação.
D.	Ressalva.

59. A respeito do conteúdo e do alcance desses direitos sociais previsto no Art. 7º da CF/88, assinale a alternativa **CORRETA**.

A.	O aviso prévio, a licença paternidade e o repouso semanal remunerado são direitos garantidos a todos os trabalhadores urbanos e rurais, inclusive aos trabalhadores domésticos, e servidores públicos estatutários sem qualquer distinção.
B.	A Constituição Federal garante a irredutibilidade do salário, vedando qualquer tipo de redução. A única exceção permitida é mediante acordo individual escrito entre empregado e empregador, em caso de comprovada crise financeira da empresa.
C.	A jornada de trabalho normal não será superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, sendo facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
D.	O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é um direito estendido a todos os trabalhadores, incluindo os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, que também têm direito ao depósito mensal em conta vinculada.

60. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA**.

A.	O tratamento de dados pessoais de crianças deve ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por, pelo menos, um dos pais ou pelo responsável legal.
B.	A lei não se aplica ao tratamento de dados realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
C.	O consentimento do titular é a única base legal que autoriza o tratamento de dados pessoais sensíveis, como origem racial ou étnica e dados de saúde.
D.	O titular tem o direito de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses.

Ficha de respostas para conferência (con púb – Câmara Municipal de Francisco Beltrão - PR)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

QUESTÕES DISCURSIVAS

Orientações:

A resposta para cada uma das 02 (duas) perguntas deve ter no máximo 35 linhas.

Espaços vazios no final das linhas ou espaços exagerados entre as palavras são somados e contabilizados como linhas em branco.

É desclassificada a questão que apresentar uma ou mais das seguintes condições:

I - não for escrita à caneta preta ou azul;

II - apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto; na versão definitiva.

III - apresentar texto escrito com letra ilegível ou feito em forma de desenhos, números ou outras formas não compatíveis com o tipo de texto solicitado;

IV - apresentar espaçamentos fora do normal entre palavras e no final das linhas ou desrespeitar as linhas da versão definitiva;

V - não for escrita na folha de versão definitiva;

VI - não apresentar o tipo de texto solicitado;

VII - apresentar fuga à temática proposta.

QUESTÃO 1)

VALOR: 50

A Câmara Municipal do Município Alfa aprovou a Lei Municipal nº 1.234, de 2025, que dispõe sobre o funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais e sobre a ordenação do espaço urbano.

O texto normativo contém os seguintes dispositivos:

“Art. 1º As farmácias e drogarias situadas no território do Município de Alfa deverão observar o horário de funcionamento compreendido entre 8h e 22h, de segunda a sábado”.

“Art. 2º As agências bancárias localizadas no Município de Alfa deverão observar o horário de funcionamento compreendido entre 9h e 16h, em dias úteis”.

“Art. 3º Fica instituída a Zona de Restrição Farmacêutica no Município de Alfa, na qual somente será permitida a instalação de uma farmácia a cada duas quadras, vedada a concessão de alvará de funcionamento em desacordo com esta limitação”.

O Prefeito vetou integralmente o projeto, alegando a inconstitucionalidade das disposições por afronta à competência legislativa da União e por violação à livre iniciativa, mas o veto foi rejeitado pelo Plenário da Câmara, e a lei foi promulgada.

Um sindicato de estabelecimentos comerciais já anunciou que ajuizará ação judicial visando a declaração de inconstitucionalidade de parte da norma.

Com base no caso hipotético supracitado:

a) Examine a validade do disposto no art. 1º da Lei Municipal nº 1.234/2025, à luz da competência municipal.

b) Examine a validade do disposto no art. 2º, considerando a disciplina constitucional sobre instituições financeiras.

c) Examine a validade do disposto no art. 3º, sob a ótica dos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

QUESTÃO 2)

VALOR: 50

A Câmara Municipal do Município Beta aprovou a Lei Municipal nº 567, de 2025, originada de projeto de lei de iniciativa de um vereador, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo.

O texto normativo contém o seguinte dispositivo central:

“Art. 1º Ficam criados, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Beta, 50 (cinquenta) cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, a serem providos pelo Prefeito”.

“Art. 2º A despesa decorrente da execução desta lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário”.

O projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara e sancionado pelo Prefeito, sem indicação prévia de dotação orçamentária específica para o custeio das novas despesas. Após a entrada em vigor da lei, o Prefeito encaminhou consulta à Procuradoria do Município acerca da sua constitucionalidade. Ao mesmo tempo, o Presidente da Câmara Municipal buscou orientação jurídica interna acerca da validade do dispositivo.

Tendo em vista a situação hipotética acima:

- a) Analise a validade da norma, especialmente quanto à iniciativa legislativa adotada.
- b) Indique os princípios constitucionais que podem ter sido violados pela Lei Municipal nº 567/2025.
- c) Aponte as consequências jurídicas possíveis diante da eventual inconstitucionalidade do diploma legal.

FOLHA PARA RASCUNHO DA QUESTÃO 1

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

FOLHA PARA RASCUNHO DA QUESTÃO 2

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	